

CADERNO ELEITORAL AMAERJ 2015

Eleição da Amaerj acontecerá em 23 de novembro



Chapas MAGISTRATURA EM MOVIMENTO e AMAERJ SOMOS TODOS NÓS concorrem à Presidência

O Informativo AMAERJ NOTÍCIAS deste mês traz um caderno especial sobre a Eleição da entidade. As candidatas à Presidência da Associação, juízas Renata Gil e Raquel de Oliveira, anunciaram suas principais propostas e abordaram temas como a democratização interna do Tribunal e a valorização da classe. No dia 23 de novembro, os associados decidirão quem presidirá a Amaerj no biênio 2016-2017. **Pág. 7-10**

AÇÃO AMAERJ

Amaerj premiará magistrados e vencedores do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos



Defensores dos direitos humanos serão premiados no Theatro Municipal do Rio com troféus estilizados

O Theatro Municipal do Rio sediará, em 16 de novembro, a cerimônia de encerramento do 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. A Amaerj vai anunciar os ganhadores das três categorias da premiação. Na mesma solenidade, a Associação premiará os vencedores do “Concurso Cultural de Monografias Jurídicas para Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - Desembargador Aloysio Maria Teixeira”. **Pág. 13**



TJ-RJ

Audiência pública define requerimento por Eleições Diretas

A Amaerj recebeu um grupo de juízes e desembargadores, em setembro, para uma audiência pública sobre a proposta de Eleições Diretas no Judiciário, como desdobramento do requerimento com 581 assinaturas entregue pelos magistrados do Rio pleiteando democratização interna no TJ-RJ. O presidente da Comissão de Regimento Interno apresentou o teor do requerimento a ser enviado ao Tribunal Pleno. **Pág. 12**

AÇÃO AMAERJ

Associação repudia publicamente ato contra juíza

Em outubro, a juíza Daniela Barbosa Assumpção e membros de sua escolta foram agredidos durante inspeção na unidade do BEP. A Amaerj divulgou uma nota pública de repúdio ao ato de violência. Os principais jornais e emissoras de TV repercutiram a nota da Associação em defesa da juíza. **Pág. 13**

TJ-RJ

Magistrado do Rio de Janeiro é o mais produtivo do país

O TJ-RJ tem o maior índice de produtividade dos tribunais estaduais do País, segundo dados do CNJ. A Justiça fluminense tem um índice de Produtividade dos Magistrados de 3.790 ações no primeiro grau, seguido pelo TJ-SP e pelo TJ-RS. A carga de trabalho do juiz do Rio é de 19.691 processos ao ano, ocupando o primeiro lugar no ranking. **Pág. 6**

Tribunal inaugura Galeria de Retratos dos Ex-Segundos Vice-Presidentes

Iniciativa da desembargadora Nilza Bittar pretende preservar memória do TJ-RJ



Cerimônia reuniu a Administração e desembargadores que ocuparam a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Foi inaugurada, em 7 de outubro, a Galeria de Retratos dos Ex-Segundos Vice-Presidentes do TJ-RJ. Localizada no 2º andar da Lâmina IV do Tribunal, a galeria presta homenagem a todos os 25 magistrados que ocuparam o cargo, desde 1979, quando a Vice-Presidência do Tribunal foi desdobrada, pela Lei nº 272 de 7 de novembro de 1979, criando os cargos de 1º e 2º vice-presidentes.

Autora da iniciativa, a desembargadora Nilza Bittar, atual 2ª vice-presidente, destacou a importância da galeria, que objetiva, além de homenagear o trabalho dos ex-2º vice-presidentes, também preservar a memória do TJ-RJ.

“Estamos aqui rendendo uma singela, porém justíssima homenagem aos dig-

nísimos magistrados, que com sabedoria, perspicácia e excelência tão bem capitanearam a 2ª Vice-Presidência. A homenagem é uma forma de destacar a relevância desses prestigiosos desembargadores. Os esforços e as virtudes dos retratados hão de ser cultivados e reverenciados por todos aqueles que tiverem a oportunidade de transitar pela galeria que estamos inaugurando”, destacou.

A cerimônia de inauguração da galeria contou com a presença dos ex-2º vice-presidentes, desembargadores Sérgio Lúcio de Oliveira e Cruz, Nametala Machado Jorge, Nascimento Antônio Póvoas Vaz, Wilson Santiago e Darcy Lizardo de Lima. Também prestigiaram a cerimônia o presidente do Tribunal,

desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a 1ª vice-presidente do TJ-RJ, desembargadora Maria Inês de Penha Gaspar; o 3º vice-presidente do TJ-RJ, desembargador Celso Ferreira Filho; a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz; e o diretor-geral da Emerj, desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa.

CURTAS

TJ-RJ elege membros para TRE

Durante a sessão do Tribunal Pleno do TJ-RJ, realizada em 14 de setembro, a desembargadora Jacqueline Lima Montenegro foi eleita para o cargo de membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ), na classe desembargador. A magistrada ocupa a vaga em decorrência do término do primeiro biênio do desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos. Eleito, na mesma sessão, o desembargador Fernando Cerqueira Chagas ocupa a vaga de membro substituto, na classe desembargador do TRE-RJ. A vaga é resultante do término do primeiro biênio do desembargador Horácio dos Santos Ribeiro Neto.

EXPEDIENTE



Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro

Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar
Centro - Rio de Janeiro - 20010-090
Tel.: (21) 3861-1130/1116/1112
boletim@amaerj.org.br
www.amaerj.org.br

Editor: Diego Carvalho (MTB 34231)
Redação: Ana Paula Ribeiro e Catherine Quarterole (estagiária)

Editora JC
Telefax: (21) 2240-0429
editorajc@editorajc.com.br
CTP, impressão e acabamento: Gráfica Mcc

AMAERJ NOTÍCIAS é um informativo mensal da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. É permitida a reprodução parcial ou total das matérias, desde que citada a fonte.

Tribunal empossa juízes promovidos

Cerimônia contou com a presença de parentes e amigos dos magistrados



Juízes reafirmaram compromisso de desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, durante a cerimônia de posse de 20 juízes promovidos pelo TJ-RJ, realizada em 31 de agosto, destacou a importância do juiz para garantia da Constituição Federal.

“O juiz é importante porque ele

garante que a Constituição não seja apenas um livro, um escrito, mas sim, que seja real, uma garantia de todos os cidadãos. Um temor que se tinha da jurisdição, no passado, era de que o juiz era escravo da lei. Hoje, a visão que se tem na contemporaneidade, em todos os países civilizados, é que o juiz não é escravo de nada, a não ser da Cons-

tituição que ele jurou cumprir e fazer cumprir e da sua própria consciência”, afirmou o presidente do TJ-RJ.

Contando com a presença de familiares e amigos, os juízes reafirmaram seu compromisso de desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo, após a leitura do termo de compromisso, pela juíza Renata de Lima Machado Rocha, representando os demais magistrados promovidos.

Foram promovidos os seguintes juízes: Paula Regina Adorna Cossa, Erica Batista de Castro, Milton Delgado Soares, Silvana da Silva Antunes, Simone Lopes da Costa, Anna Christina da Silveira Fernandes, Paloma Rocha Douat Pesanha, Mariana Moreira Tangari Baptista, Claudia Pomarico Ribeiro, Daniela Reetz de Paiva, Patrícia Whately Torres, Aline de Almeida Figueiredo, Sabrina Campelo Barbosa Valmont, Glauber Bitencourt Soares da Costa, Raquel Gouveia da Cunha, Bianca Ferreira do Amaral Machado Nigri, Thomaz de Souza e Melo, Carla Regina Medeiros da Costa de Aguiar e Ricardo Coimbra da Silva Starling Barcellos, além de Renata de Lima Machado Rocha.

Com participação de magistrados, curso Multidisciplinar da Emerj inova em metodologia

Desembargadores atuaram em uma leitura dramatizada de “O Caso de Exploradores de Cavernas”

A Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj) utilizou uma nova sistemática metodológica na aula inaugural do curso “O Papel da Magistratura como Elemento Garantidor em Tempos de Excepcionalidade Política, Econômica e Social”. Em 31 de setembro, foi realizada uma leitura dramatizada de “O Caso de Exploradores de Cavernas”, um clássico do ensino do Direito, com a participação de cinco desembargadores do TJ-RJ. A encenação ocorreu na Sala Multiuso, no Antigo Palácio da Justiça.

Aturaram como personagens os desembargadores Ana Maria Pereira de

Oliveira (no papel de ministro presidente Truepenny), André Gustavo Corrêa de Andrade (ministro Foster), Sérgio Verani (ministro Tating), José Muiños Piñeiro Filho (ministro Keen) e Cláudio dell’Orto (ministro Handy). Eles participaram de ensaios para desenvolver seus papéis e elogiaram a experiência.

A idealização da atividade foi do desembargador Caetano Ernesto da Fonseca, presidente da Emerj, e a coordenação do curso é do desembargador Marcelo Anatócles. Para o desembargador Caetano Ernesto da Fonseca, “esse tipo de metodologia aumenta o interesse dos

participantes nos cursos de aperfeiçoamento”. A leitura dramatizada teve a direção de Silvia Monte, diretora do Centro Cultural do Poder Judiciário do Rio de Janeiro (CCPJ). O texto é de Lon L. Fuller e foram utilizadas as traduções de Plauto Faraco de Azevedo e Ari Marcelo Solon.

Após a apresentação da leitura dramatizada foi realizado um debate com os professores catedráticos da Universidade de Barcelona Antonio Gimenez Merino e Jose Luis Gordillo Ferre sobre temas discutidos na apresentação teatral: Positivismo x Liberdade e Hermenêutica do Juiz.

Tribunal do Rio implanta audiência de custódia

Previsão é que projeto represente economia de R\$ 72 milhões

“Estamos dando um grande passo para combater a cultura do encarceramento”. A afirmação é do presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski, durante solenidade de instalação da audiência de custódia no TJ-RJ, realizada em 18 de setembro.

De acordo com o ministro, o Brasil se tornou o quarto país que mais prende no mundo. No entanto, o alto número de presos não representa uma queda dos índices de criminalidade. “Temos cerca de 600 mil encarcerados no país, sendo aproximadamente 40% provisórios, ou seja, sem culpa formada. O Brasil prende muito, mas prende mal. A audiência de custódia contribui para pacificação social, na medida em que vamos reservar a prisão somente para aqueles efetivamente perigosos à sociedade”.

Para o presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a iniciativa representa uma inovação no sistema processual penal. “O projeto evita o ingresso do detido no sistema carcerário, quando o cidadão, em princípio, não oferecer periculosidade criminal. O juiz faz uma avaliação para saber se aquela pessoa pode, sem prejuízo da sociedade, ser colocada em liberdade. Trata-se de uma análise feita com cautela, firmeza e sensibilidade”, disse.

A implantação do projeto em todo o país representará uma economia de aproximadamente R\$ 4 bilhões aos cofres públicos, uma vez que cada preso, custa, em por mês, em média, R\$ 3 mil, de acordo com dados do CNJ. “Somente no Rio de Janeiro, a previsão é de uma redução de R\$ 72 milhões, somente considerando os 18 mil presos provisórios. Com esse dinheiro, é possível investir em educação e construir oito escolas, por



Presidentes do STF e do TJ-RJ acompanharam audiência de custódia

exemplo”, afirmou o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão.

Durante o evento, o presidente do TJ assinou três convênios. O primeiro para garantir a implementação de estrutura básica para o funcionamento da audiência de custódia, o segundo para viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados presos em flagrante. O terceiro convênio foi assinado com a Federação Estadual das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro para conceder 200 cartões da Rio-Card mensais aos detidos que forem colocados em liberdade.

Sobre a audiência de custódia

A audiência de custódia consiste na imediata apresentação do preso em flagrante, no prazo de 24 horas, à autoridade judiciária. No TJ-RJ, as audiências de custódia são realizadas de segunda a sexta-feira, de 11h às 18h. Seis juízes fazem parte da iniciativa. Há também uma equipe para assistência social e psicológica do detido e uma para realização de perícia.

Tribunal de Justiça do Rio promove seminário sobre corrupção e violência

Presidente da Amaerj participou do encerramento, com palestra da ministra Cármen Lúcia

Entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro, o TJ-RJ realizou o seminário “Corrupção e Violência: reféns até quando?”. Foram promovidos painéis e debates para discutir a segurança, a corrupção e a violência, além da apresentação das ações que o TJ-RJ pretende adotar sobre os temas. Na conferência magna de encerramento, a vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, afirmou que não se considera refém da violência ou da corrupção. A ministra conclamou a sociedade a lutar contra todos os que utilizam dos métodos que, para ela, contribuem para a descrença nas instituições.

“Não queria estar aqui para encerrar um seminário, mas sim, para poder anunciar que a corrupção e a violência acabaram em todo o mundo. Me sinto em uma situação de desconforto com esses males, mas nem por isso eu sou refém deles. Temos que ter a audácia de lutar contra aqueles que lançam mão da violência e da corrupção. Porque o medo nos deixa mais vulneráveis. Se eu em sentir refém, o outro vai se sentir mais à vontade para me fazer o mal”, afirmou a ministra.

A ministra encerrou sua participação elogiando a iniciativa do TJ-RJ em promover o seminário para fomentar a discussão com a sociedade. O presidente da



Presidentes da Amaerj e do TJ-RJ com a ministra Cármen Lúcia após a realização do Seminário

Amaerj compôs a mesa de encerramento do seminário e entregou um kit do 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos para Cármen Lúcia.

Presidente do TJ-RJ recebe juízas que atuam em projetos sociais

Magistradas que atuam nos projetos sociais do Tribunal de Justiça do Rio estiveram reunidas em 5 de outubro, no Salão Nobre do TJ-RJ. O presidente do Tribunal, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, também participou do encontro. Na ocasião, as juízas apresentaram ao presidente demandas e resultados das ações sociais, como os casamentos comunitários. “Eu sou entusiasta do trabalho de vocês. O Tribunal reconhece a dedicação de cada uma à frente de projetos tão importantes para



Desembargador Luiz Fernando de Carvalho conversou com juízas no Salão Nobre do Tribunal

a sociedade”, disse o presidente. Participaram da reunião as juízas Adriana Ramos de Mello, Raquel de Oliveira, Ana Célia Montemor, Daniela Brandão, Florentina Porto, Glória Heloíza, Lysia

Mesquita, Márcia Succi, Ana Beatriz Estrella, Mylene Vassal, Renata Rocha e a diretora da Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR) Alessandra Anatócles.

BRASIL

Projeto de juiz do Rio de Janeiro é finalista do Prêmio Innovare

“Apadrinhar”, criado pelo magistrado Sérgio Luiz de Souza, concorre na categoria Juiz

O projeto “Apadrinhar – Amar e Agir para Materializar Sonhos”, idealizado pelo juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital, é um dos finalistas da XII edição do Prêmio Innovare, na categoria Juiz. Os 21 finalistas foram divulgados em 5 de outubro. Práticas de 13 estados das cinco regiões do país relacionadas a ressocialização de presos, acolhimento de crianças e refugiados, entre outros temas, estão no pátio. Ao todo, foram inscritos 667 trabalhos nas seguintes categorias: Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia, Premiação Especial e Justiça e Cidadania.

O projeto do juiz Sérgio de Souza contempla crianças e adolescentes da região de Santa Cruz a Marechal Hermes. A ideia de criar o projeto surgiu em 2013, logo após o magistrado assumir a titularidade da então 2ª Vara Regional da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital, hoje 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. Na ocasião, o juiz constatou a grande precariedade na estrutura das instituições de acolhimento da área de atuação da Vara.

O programa visa a recuperação da autoestima dessas crianças e adolescentes. O programa estabelece três tipos de padri-

nhos: padrinho afetivo, aquele que visita regularmente a criança ou adolescente; padrinho provedor, que dá suporte financeiro ao adotado; e padrinho colaborador, que presta serviços de acordo com sua especialidade profissional. Experiências análogas realizadas em outros estados do País demonstraram a importância da referência de uma pessoa fora do ambiente.

O juiz Sérgio de Souza já foi entrevistado na Revista Fórum Amaerj e também no Programa do Jô, da TV Globo. Na ocasião, o magistrado abordou a criação e a importância do projeto Apadrinhar.

Innovare

A Região Sudeste teve o maior número de boas práticas votadas nesta etapa. Ao todo, são sete iniciativas implantadas no Rio de Janeiro (3), Minas Gerais (3) e Espírito Santo (1). Na Região Sul, três práticas do Paraná, duas do Rio Grande do Sul e uma de Santa Catarina estão entre os finalistas. Outros estados com práticas selecionadas são Ceará, Paraíba, Goiás, Rondônia, Tocantins e Amazonas, além do Distrito Federal.

O presidente do Conselho Superior do Innovare, ministro Ayres Britto, destacou a qualidade das práticas desta 12ª edição. “Todas são igualmente benéficas ao sistema de Justiça e seus agentes,



Juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, do Tribunal do Rio, idealizador do projeto Apadrinhar

contribuindo para torná-lo mais ágil, inovador e humanizado”.

O Prêmio Innovare é uma realização do Instituto Innovare, da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Procuradores da República e da Associação Nacional dos magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), com o apoio das Organizações Globo.

Produtividade do TJ-RJ é a mais elevada do país

Carga de trabalho do magistrado do Rio é de 19.691 processos no 1º grau



O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem o maior índice de produtividade dos tribunais estaduais do País, segundo dados divulgados em 15 de setembro pelo relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre os tribunais de grande porte, o TJ-RJ e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) aparecem com maiores percentuais de eficiência, iguais a 100%, índice que tem se mantido desde 2009. Outros dois tribunais de grande porte, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) obtiveram, em 2014, índices de 98% e 86%, respectivamente.

O índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), indicador criado pelo CNJ, considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal. Ainda de acordo com o estudo, que tem 2014 como ano-base, a Justiça fluminense tem um índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) de 3.790 ações no primeiro grau, seguido pelo TJ-SP, de 2.233, e pelo TJ-RS (2.078). Este indicador computa a média de processos baixados por magistrado em atuação.

Congestionamento

Na análise de cenário, o relatório do CNJ aponta que “o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro se destaca ao analisar os IPMs de produtividade dos servidores (IPS) e de atendimento à demanda (IAD), e a taxa de congestionamento (TC), uma vez que este tribunal apresentou no ano de 2014 o maior IPM, o ter-

ceiro maior IPS, IAD superior a 100% e mesmo assim obteve a terceira maior taxa de congestionamento da Justiça Estadual. Tais indicadores demonstram que, mesmo com alta produtividade, o TJ-RJ não consegue reduzir o resíduo processual de anos anteriores”.

Já em relação entre a taxa de congestionamento e a produtividade dos magistrados, isto é, o percentual de processos em tramitação que não foram resolvidos no ano de 2014 versus o total de processos baixados por magistrado, o relatório constata que “pode-se perceber que apenas o TJ-RJ (grande porte) e o TJ-AP (pequeno porte) constam na fronteira da eficiência”. O Justiça em Números acrescenta que o TJ-RJ também apresentou o maior quantitativo de processos baixados por magistrado entre os tribunais estaduais.

A carga de trabalho do magistrado do TJ-RJ, que computa a média de efetivo trabalho de cada magistrado durante o ano, considerando casos novos, casos pendentes e recursos internos, entre outros, é de 19.691 processos no 1º grau, ocupando o primeiro lugar no ranking da Justiça Estadual neste quesito. No segundo grau, a carga de trabalho é de 1.911 ações.

Ainda de acordo com a análise, a Justiça do Rio ocupa o segundo lugar no ranking da Justiça Estadual, com 802 magistrados e 25.945 servidores e auxiliares, com uma despesa total de R\$ 3.787.885.038, ficando atrás apenas da Justiça de São Paulo que possui uma despesa de R\$ 8.362.824.642.

Para a classificação por porte dos tribunais de Justiça, consideram-se as despesas totais, os casos novos, os casos pendentes, o número de magistrados, o número de servidores (efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo efetivo) e o número de trabalhadores auxiliares (terceirizados, estagiários, juízes leigos e conciliadores).

Compilação

Esta é a 1ª edição do relatório Justiça em Números, resultado de uma compilação dos dados de orçamento, produtividade, recursos humanos e estrutura dos tribunais brasileiros. O documento é construído a partir de dados fornecidos por 90 tribunais. Baseado neste estudo, o CNJ define as políticas judiciais a serem adotadas.

CURTAS

Fundo de Reserva: Tribunal realizará pagamento indenizatório com expurgos inflacionários

Os magistrados do Rio terão o direito de serem res- tituídos das contribuições que fizeram para o antigo Fundo de Reserva Especial (Lei 7.301/73), considerando a incidência dos expurgos inflacionários. O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, determinou, em 6 de outubro, imediatos estudos contábeis visando estender, aos de mesma situação jurídica, independente de requerimento, a decisão proferida nos autos do processo administrativo nº 191947. A determinação tem como base a Lei 6.768/14, aprovada em maio de 2014, que concede a devolução das contribuições aos magistrados que não exerceram o direito de permanecer no antigo Fundo de Reserva, quando da sua extinção pela Lei 3.189/99. O órgão foi extinto e substituído, em 1999, pelo Rio Previdência. De acordo com o Tribunal, na época do pagamento parcelado da restituição, não se computaram corretamente expurgos inflacionários de planos econômicos pretéritos, desrespeitando-se, assim, inúmeras decisões judiciais sobre o tema, inclusive dos Tribunais Superiores.

Renata Gil

Candidata à Presidência pela Chapa MAGISTRATURA EM MOVIMENTO

Por que ser presidente da Amaerj?

Renata Gil – Por entender necessária a renovação na gestão associativa visando sua modernização e consequente retomada da posição de destaque que a AMAERJ sempre ostentou no cenário nacional e também no dia a dia de nosso Tribunal. Há cinco anos participo ativamente do movimento associativo e nessa jornada conheci e acompanhei ações inovadoras de outras associações estaduais. Trazer para a AMAERJ essas iniciativas exitosas, aperfeiçoando sua atuação na defesa das prerrogativas dos magistrados e no relacionamento com a Administração é o meu compromisso. O exercício da magistratura por mais de dezessete anos, dentre estes quase dez no interior, me permitiram conhecer as dificuldades e buscar soluções, através da apresentação de projetos transformadores, como a formalização do uso da videoconferência no estado, a Central de Assessoramento Criminal (processamento de feitos que envolvam organizações criminosas), etc. Note-se que a composição da chapa Magistratura em Movimento traz colegas de todos os graus de jurisdição e de todo o estado, o que por si só fomentará novos debates e linhas de atuação diferenciadas. A presidência da AMAERJ não deve refletir uma vaidade pessoal, mas sim o compartilhamento do sonho comum de uma magistratura forte, unida e respeitada.

Quais são as principais propostas da chapa?

Renata Gil – A chapa MAGISTRATURA EM MOVIMENTO possui, dentre outras propostas, as seguintes, já tornadas públicas, após ouvir e debater com toda a classe: 1) Democratização do Judiciário – votação direta para os cargos eletivos da Administração do TJ; 2) Gestão junto ao TJ para implantação



de sistema eletrônico de pretensão de designação para movimentação de magistrados; 3) Participação da AMAERJ no trâmite legislativo das matérias de interesse da magistratura, como restabelecimento do ATS e da aposentadoria integral, paridade dos aposentados, Minuta do Estatuto da Magistratura, PECs (como a do juiz sênior, da competência concorrente para a LOMAN); 4) Fortalecimento do Departamento de Prerrogativas dos Magistrados; 5) Votação on-line das deliberações das assembleias, sem necessidade de deslocamento do magistrado à sede da AMAERJ; 6) Abertura de canais de comunicação para aposentados e pensionistas; 7) Diretoria de Gestão; 8) Diretoria de Estudos e Pesquisas; 9) Diretoria de Segurança do Magistrado; 10) Diretoria de Recepção de Novos Magistrados; 11) Diretoria de Direitos Humanos e Proteção Integral; 12) Diretoria de Interio-

rização; 13) Incremento dos convênios e dos eventos sociais.

De que forma pretende atuar na luta pelas Eleições Diretas?

Renata Gil – Participei ativamente do movimento “Diretas Já” capitaneado pela AMB na gestão passada. Atuei com diversos colegas na sensibilização da classe, especialmente diante da necessidade de melhor atenção dos tribunais ao primeiro grau de jurisdição. A democratização do judiciário constitui a proposta número 1 da chapa, portanto nosso principal foco de trabalho. A participação do magistrado de primeiro grau deve ocorrer, além da votação para os cargos eletivos da Administração do TJ, nas deliberações que o atingem diretamente, bem como na movimentação de magistrados (propomos a utilização do sistema de pretensão de designações), na modificação de competência

de varas, no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, em comissões que tratem da matéria normativa do Poder Judiciário, etc. O momento institucional é muito oportuno para a implementação das eleições diretas, diante das PECs que tramitam no Congresso Nacional e de sua adoção por alguns tribunais. Ao lado de tais passos é também necessário conscientizar a sociedade civil para tal questão, para que possa entender e apoiar nosso pleito.

Quais são as propostas para o âmbito da defesa de Direitos e Prerrogativas?

Renata Gil – Participação ativa da presidente da AMAERJ e diretores em todas as causas de interesses dos magistrados, inclusive em audiências e sessões públicas, com uso efetivo da palavra em defesa de toda a classe. A defesa dos direitos e prerrogativas da magistratura deve se limitar aos tribunais e conselhos, alcançando a imprensa e a sociedade, sempre que um magistrado seja atacado em razão de sua atuação. Não é mais possível suportar ataques indiscriminados em silêncio, sendo necessária a voz da AMAERJ na defesa de todos aqueles que se sacrificam diariamente pelo ideal da justiça.

Que ações pretende realizar para ampliar o relacionamento com os associados da capital e do interior, a fim de ouvir as reivindicações e também promover a confraternização da classe?

Renata Gil – A criação de uma diretoria própria para essa finalidade e sua atuação constante e eficaz nas comarcas do interior e nos fóruns regionais, visando identificar as peculiaridades locais e instituir meios concretos de ajuda. Além disso, o implemento da comunicação à distância, a fim de que os problemas sejam conhecidos e resolvidos em tempo real, sem longos e onerosos deslocamentos pessoais. A realização de assembleias e reuniões através do sistema de videoconferência, ou outro similar, permitirá uma maior participação de toda a classe, evitando gastos e perda de tempo para os associados. As reuniões setoriais para debates de temas específicos en-

CHAPA MAGISTRATURA EM MOVIMENTO

tre os magistrados são imprescindíveis, permitindo assim, a utilização de mecanismos adequados para a solução de problemas que, por vezes, não afetam toda a magistratura, mas sim determinados segmentos.

Tema livre RENATA GIL

A AMAERJ é um órgão de extrema e absoluta relevância na defesa dos magistrados. Por isso mesmo é imperiosa a realização de um choque de gestão em nossa associação, não apenas no tocante a administração interna, mas também com relação à sua efetiva atuação junto à sociedade civil e aos poderes constituídos. Nesse contexto mostra-se essencial a criação da Diretoria de Gestão. Nela, serão traçadas diretrizes internas e externas de atuação da nossa associação, sempre respeitada a vontade coletiva. Constitui ponto de grande relevância a participação da AMAERJ como órgão representativo da classe dos magistrados em todas as Comissões de nosso Tribunal de Justiça, a fim de criar maior transparência dos atos da administração superior e permitir que todos os magistrados tenham ciência dos estudos que estão sendo elaborados para cada determinação pretendida, possibilitando assim a participação de todos na gestão do tribunal, com envio de

sugestões para melhoria dos projetos. Por fim, mas não menos importante, é a absoluta necessidade da ingerência direta da AMAERJ junto ao Tribunal de Justiça, ao Estado do Rio de Janeiro e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para participar ativamente da proposta orçamentária de nosso tribunal, como meio de preservar as conquistas já alcançadas e buscar a adoção de novas medidas para recomposição das perdas salariais. O acompanhamento legislativo deve ser pautado a partir da realidade de que os ganhos remuneratórios e indenizatórios dos magistrados vêm sendo constantemente suprimidos ou reduzidos, o que não condiz com sua responsabilidade e papel social. O restabelecimento da simetria de ganhos dos magistrados com as demais carreiras de estado há que ser respeitado, devendo ser uma bandeira de luta constante, sob pena de sermos colocados em segundo plano. Por todas essas razões, entende a Chapa MAGISTRATURA EM MOVIMENTO ser crucial que a AMAERJ volte ao seu papel de destaque na representação da magistratura, através de uma democracia plena e participativa, dentro e fora dos muros de nosso tribunal, reassumindo o espaço de formadora de opinião e criadora de projetos diversos em prol de toda a sociedade.

Raquel de Oliveira**Candidata à Presidência pela Chapa AMAERJ SOMOS TODOS NÓS****Por que ser presidente da Amaerj?**

Raquel de Oliveira – Pela experiência na carreira e na participação associativa, me sinto preparada para assumir a presidência da AMAERJ, representando os associados. Muitos me conhecem, pois tenho 19 anos de magistratura sempre dedicado a muito trabalho, e sabem que só me proponho a fazer alguma coisa quando tenho certeza que posso contribuir com o meu melhor. Tenho experiência associativa, porque já participei da administração da própria AMAERJ por duas vezes e ajudei em outras ocasiões, portanto conheço bem o que deve ser feito. Nós sabemos o quanto isso é importante, uma vez que dois anos de mandato é pouco tempo para aprender e depois fazer. Pretendo representar os colegas, sendo a voz e a força da magistratura do Rio. Acredito fielmente que a associação é a forma mais efetiva de apoio incondicional às nossas reivindicações, por isso assumo o compromisso, sendo vitoriosa neste pleito, na qualidade de presidente, de manter a sua autonomia e independência de quaisquer interesses pessoais e da administração do Tribunal. A ideia principal, que venho repetindo desde o início da campanha, para avançarmos nas conquistas, é de contar com a participação de todos, da chapa ou fora dela, para alcançarmos a merecida e esperada valorização. Apenas a união é capaz de nos fortalecer. Acredito que podemos nos unir por pontos comuns, sem perder a independência.

Quais são as principais propostas da chapa?

Raquel de Oliveira – Lutar incessantemente pelo voto direto, visando a democratização no Tribunal. Buscar uma remuneração compatível com a responsabilidade que o cargo nos exige. Acompanhar e trabalhar os projetos que já estão em andamento, em especial



a VTM (ATS). Lutar pela manutenção das conquistas e prerrogativas já existentes, como as parcelas indenizatórias, venda de férias e licenças. Reivindicar todas as verbas retroativas e buscar soluções para seu efetivo pagamento. Lutar pela paridade remuneratória entre ativos e inativos, exigindo a observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos. Insistir no respeito a igualdade de direitos entre os ativos e inativos, sem esquecer que o ativo de hoje é o aposentado de amanhã. Abrir espaço para participação efetiva dos novos juízes. Buscar a adoção de critérios objetivos para promoções, remoções, movimentação, escala de férias, dentre outros. Lutar pela manutenção dos dois meses de férias, uma vez que a nossa função traz uma carga emocional e psicológica diferenciada em relação as outras carreiras. Destinar atenção especial a segurança do magistrado. Recuperar a imagem do

magistrado dentro e fora do Judiciário. Traçar nossos próprios rumos sem necessidade de seguirmos outras carreiras. Lutar pela igualdade nas questões previdenciárias. Não podemos ter a classe dividida por regimes diversos. Lutar para resguardar os direitos dos pensionistas, que também compõem a família do Judiciário. Estimular o uso das sedes através da promoção de eventos sociais, culturais e esportivos. Firmar parcerias com outras associações para possibilitar a contratação de profissionais especializados em propaganda e marketing. Facilitar e incentivar os intercâmbios culturais e de aperfeiçoamento com Tribunais e Magistrados de outros países.

De que forma pretende atuar na luta pelas Eleições Diretas?

Raquel de Oliveira – A nossa posição é a da maioria, ou seja, pelo voto direto. Quando digo nossa posição, estou

me referindo a todos os integrantes da chapa. Só há melhora quando todos crescem! No nosso Tribunal vamos conversar e pedir a reflexão daqueles que compõem o pleno para que votem “sim”, até porque os elegíveis são os Desembargadores. Estamos acompanhando todo o processo, inclusive estivemos presentes na audiência pública promovida pela Comissão de Regimento Interno (COREG), na AMAERJ. Vale destacar que o Rio de Janeiro sempre esteve na vanguarda das mudanças e é importante manter essa posição. Vamos também nos empenhar pela aprovação da PEC, em trâmite no Congresso Nacional, que tem o mesmo objetivo.

Quais são as propostas para o âmbito da defesa de Direitos e Prerrogativas?

Raquel de Oliveira – Defender a magistratura dos ataques de outras instituições e da mídia, assumindo uma postura proativa e esclarecedora, pois sabemos que muito do que é dito deriva da falta de informação. Estar ao lado dos magistrados para defendê-los, sempre que necessário, para garantir a independência de sua atuação. A segurança do magistrado e de seus familiares é uma das prioridades da nossa gestão. Vamos lutar também pela manutenção dos direitos e prerrogativas da magistratura contra permanentes ataques que vêm sofrendo, como no caso da vitaliciedade, que voltou a ser debatida no Congresso Nacional, além de acompanhar com atenção todas as propostas de alteração da LOMAN. Trabalhar junto aos nossos parlamentares no Rio de Janeiro, se possível na AMAERJ, em encontros com nossas diretorias para que, conhecendo o trabalho da magistratura e os nossos legítimos interesses, possam chegar em Brasília alinhados e esclarecidos com o que precisa ser feito em prol de uma magistratura forte e independente. É papel das associações estaduais trabalhar em seus estados e depois, junto com a AMB, acompanhar em Brasília o processo legislativo que estiver em andamento. Cobrar e auxiliar a AMB nessa tarefa. Por outro lado, tem muita coisa a ser resolvida diretamente com o executivo e o legislativo estadual, principalmente no que tange a disponibilidade de verbas.



Que ações pretende realizar para ampliar o relacionamento com os associados da capital e do interior, a fim de ouvir as reivindicações e também promover a confraternização da classe?

Raquel de Oliveira – Neste ponto, já avançamos a participação colocando na chapa juízes de cada região do interior, como forma de criar um elo direto com toda a magistratura do Estado. É lógico que o colega que está no local sabe melhor o que deve ser reivindicado, a proximidade facilita e agiliza o contato. Isso foi pensado no momento de formar a chapa, tanto na necessidade de ampliar o relacionamento no interior, mas também nas regionais e no próprio Fórum Central, que hoje tem as Varas Cíveis no anexo da Cidade Nova. Queremos retomar a realização dos Congressos, pois os encontros promovem as amizades e aumentam a união. Pretendemos participar mais dos encontros que já são feitos nas Comarcas para interiorizarmos a AMAERJ, insistindo na participação efetiva de todos na associação. Vamos incentivar a prática de esportes, tanto no futebol e no tênis que já são tradicionais, quanto na abertura de outras frentes esportivas como corrida, natação, ciclismo, vôlei e futebol

de praia. Sem esquecer, é claro, daqueles que preferem jogos mais tranquilos como xadrez e “biriba”... O esporte aproxima, descontra e diminui o stress. Queremos também desenvolver formas de participação “on line” para facilitar e ampliar os debates sobre todos os temas de interesse da magistratura, sem que o associado fique excluído pela impossibilidade de comparecer à sede.

Tema livre

RAQUEL DE OLIVEIRA

Somos todos uma família, magistrados da ativa, aposentados e pensionistas. A união e a participação são a base para uma gestão forte e representativa. Quando nos omitimos, deixamos que façam conosco o que quiserem. Queremos legitimidade para representar os colegas e queremos também sugestões e ideias novas para que sejam estudadas, votadas e colocadas em prática. Precisamos utilizar o nosso potencial, pois trabalhamos para levar justiça à sociedade, deixando muitas vezes que façam injustiças conosco. Temos que olhar para o nosso bem estar, pois dele dependem nossas famílias. É muito importante que tenhamos justiça dentro da Casa da Justiça. A magistratura e a AMAERJ somos todos nós!!!

Eleição da Amaerj acontecerá em 23 de novembro

A eleição para os cargos da Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e Fiscal e Diretorias das Seções Regionais da Amaerj para o biênio 2016-2017 será realizada no dia 23 de novembro, entre 9h e 18h. Os associados poderão votar na Sede Central (Auditório

Desembargador Renato de Lemos Maneschy - Antigo Palácio da Justiça) ou nas Regionais. Os desembargadores José Carlos de Figueiredo (presidente), Myriam Medeiros da Fonseca Costa e Joaquim Domingos de Almeida Neto compõem a Comissão Eleitoral da Associação.

TJ-RJ

Membros da Administração do TJ-RJ reúnem-se com juízes na Amaerj Niterói

Magistrados apresentaram reivindicações e discutiram a criação de novas varas cíveis e criminais



Presidente do TJ-RJ e corregedora percorrem novas instalações das varas cíveis

Em visita ao 2º Núcleo Regional (NUR), em Niterói, no dia 4 de setembro, o presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, participou de encontros com juízes e servidores acompanhados de representantes de sindicatos e associações de classe da categoria, para discutir a questão da data-base do Judiciário fluminense. Na reunião, os juízes apresentaram reivindicações em relação à obra de estrutura no prédio onde estão localizadas as varas cíveis da Comarca de Niterói e em relação à segurança no entorno do prédio. Também discutiram sobre a criação de novas varas cíveis e criminais, assim como, sobre a elevação de comarcas do 2º NUR.

Os magistrados também agradeceram o empenho da atual administração pela extinção do Sistema de Cartório Unificado, conhecido como “Cartorão”, implantado em 2010, reunindo, em um só cartório, as serventias da 1ª à 5ª varas cíveis. Atendendo à reivindicação dos juízes e dos advogados, o presidente encaminhou e o Órgão Especial aprovou o desmembramento das serventias.

O encontro também contou com a participação da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro; do presidente da Comaq, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo; do desembargador Marcelo Anatócles e de juízes auxiliares da Presidência e da Corregedoria-Geral, e de diretores-gerais do TJ-RJ. A comitiva do presidente foi recebida pelo juiz-dirigente do 2º NUR, Almir Carvalho, e pelo diretor do Fórum de Niterói, juiz Alexandre Eduardo Scizínio. Além de Niterói, o 2º NUR reúne as comarcas de São

Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim, Maricá e Tanguá.

No encontro com os juízes do 2º NUR, realizado no auditório da Regional da Amaerj em Niterói, o presidente solicitou a compreensão de todos em relação à crise econômica por qual passa o país e, particularmente, o estado, após a redução da arrecadação em consequência da queda do preço do petróleo. Na sua avaliação, a crise poderá interferir na negociação do reajuste do Judiciário.

Visita às novas instalações das varas cíveis

Antes dos encontros com os juízes e servidores, o presidente do TJ-RJ percorreu as novas instalações das varas cíveis de Niterói. O presidente afirmou que os jurisdicionados serão beneficiados com a maior celeridade nos processos. Com a extinção do Sistema de Cartório Unificado pelo Órgão Especial do TJ, em maio deste ano, as cinco varas cíveis do município voltaram a ser desmembradas, atendendo à reivindicação da classe jurídica, que desaprovou o sistema conhecido como ‘Cartorão’, criado em 2010.

As obras de desmembramento das serventias proporcionaram aos magistrados e servidores uma estrutura completa com gabinete do juiz, assessoria do juízo, copa, sala de audiências, sala de mediação e cartório. Os ambientes ficaram mais amplos e mais iluminados e toda a estrutura ficou localizada em um único pavimento, o que proporcionará uma maior integração de toda equipe, celeridade no processamento, além de uma área maior para atendimento aos jurisdicionados. As varas cíveis já se encontram instaladas e em pleno funcionamento. A 1ª Vara Cível está localizada no 6º pavimento; as 2ª e 3ª, no 4º pavimento; e as 4ª e 5ª, no 5º pavimento.

“Esta obra concretiza o anseio da comunidade jurídica de Niterói, não só dos juízes, que sempre questionaram o formato de cartório unificado, mas também dos advogados, que clamaram pelo retorno ao sistema cartorário antigo. Acredito que teremos mais celeridade, pois cada juiz, agora, voltará a ter o controle da sua unidade cartorária. Antes havia uma central, mas o juiz não tinha ingerência direta na administração. Agora esse controle de cada cartório passará para o comando do juiz responsável”, explicou o presidente da Comaq, desembargador Ricardo Cardozo.

Eleições Diretas: Audiência pública define requerimento encaminhado ao Pleno

Pleito apresentado contém propostas de voto paritário e proporcional para magistrados do TJ-RJ



Magistrados do Rio de Janeiro participaram de audiência pública na sede da Amaerj com o objetivo de democratizar o Judiciário Fluminense

A pedido da Comissão de Regimento Interno do TJ-RJ, presidida pelo desembargador Gabriel Zefiro, a Amaerj recebeu um grupo de juízes e desembargadores, em 25 de setembro, para uma audiência pública sobre a proposta de Eleições Diretas no Judiciário. O presidente da Comissão apresentou o teor preliminar do requerimento a ser enviado ao Tribunal Pleno.

Foram apresentadas duas propostas: A primeira é a votação paritária, onde o voto do juiz vale o mesmo que o de um desembargador. Na segunda sugestão o voto do juiz valeria uma fração do voto do desembargador, aproximadamente 1/3. As duas propostas foram aceitas e constarão do requerimento.

Um dos pontos de maior divergência foi o tipo de voto – aberto ou fechado – no momento da votação do requerimento das eleições diretas pelo Pleno. O grupo favorável ao voto aberto alega que, por se tratar de uma decisão administrativa, o voto não deve ser fechado. Em contraponto a Comissão de Requerimento Interno alega que o voto aberto constrange quem vota contrário ao requerimento e poderia dificultar que haja quórum suficiente para a votação. Ficou definido que o pleito pelo voto aberto será feito por Amaerj e AMB.

“É a primeira vez que acontece uma audiência pública para tratar das Eleições Diretas e isso engrandece a democracia. Encaminharemos o pleito pelo voto aberto, mas já devemos saudar os avanços, como por exemplo, o fato de que todos os

desembargadores já podem ser eleitos e não apenas os cinco mais antigos”, afirmou o presidente da Amaerj, Rossidélvio Lopes.

A audiência pública é o desdobramento do requerimento com 581 assinaturas entregue pelos juízes do Rio pleiteando democratização interna do Tribunal para que todos os juízes do Estado possam votar para os cargos da Administração do Tribunal. O presidente do TJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, recebeu o documento que depois foi encaminhado à Comissão de Regimento Interno e por fim apresentado aos juízes.

Diretas Já

A Câmara dos Deputados instalou, em 1º de junho, a Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional 187/2012, a PEC das Eleições Diretas no Judiciário. Em agosto, foi a vez da CCJ do Senado aprovar PEC 15/2012 que democratiza as eleições dos tribunais.

Em 17 de junho, a magistratura de Roraima registrou um dia histórico com a aprovação das eleições diretas para os dirigentes do Tribunal de Justiça do estado, de forma unânime. Até agora, outros dois tribunais adotaram as eleições diretas para seus cargos diretivos: o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1/RJ), desde outubro e dezembro passado, respectivamente.

CURTAS

Presidente da Amaerj reúne-se com presidente do TRE-RJ

Com o objetivo de abordar questões da Justiça Eleitoral, o presidente da Amaerj, Rossidélvio Lopes, reuniu-se com presidente do TRE-RJ, desembargador Edson Vasconcelos. O encontro foi realizado em 1º de outubro, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio.



Magistrados Rossidélvio Lopes e Edson Vasconcelos durante reunião no TRE-RJ

Amaerj emite nota em defesa da juíza Daniela Barbosa Assumpção

Texto de repúdio da Associação repercutiu em diversos veículos de imprensa

Em 1º de outubro, a juíza Daniela Barbosa Assumpção, da Vara de Execuções Penais (VEP) do TJ-RJ, e membros da escolta da magistrada foram agredidos durante inspeção na unidade do Batalhão Especial Prisional (BEP) em Benfica. No mesmo dia, a Amaerj divulgou uma nota pública de repúdio ao ato de violência. Os jornais O Globo, O Dia e Extra e as emissoras Globo, Record e SBT repercutiram a nota da Associação em defesa da juíza.

No texto, a Amaerj afirmou ser inadmissível que essa situação ocorra. A Associação ressaltou que, apesar do ocorrido, a juíza conseguiu realizar a inspeção no BEP, momento em que representou toda a magistratura brasileira. “A magistratura não se curva aos interesses de bandidos e continuará exercendo sua imprescindível função jurisdicional”, escreveu o juiz Rossidêlo Lopes, presidente da entidade.

No dia seguinte, o juiz Eduardo Oberg, titular da Vara de Execuções Penais (VEP), determinou a transferência dos policiais militares custodiados no BEP, por razões de segurança, para a Penitenciária Vieira Ferreira Neto, em Niterói.



Afronta à Justiça

VEP manda fechar presídio após magistrada ser agredida por policiais presos em inspeção



Mais cedo, antes da decisão sobre o fechamento do BEP, o presidente da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Rossidêlo Lopes, defendeu o fechamento do presídio.

— Não existe razão para se manter uma unidade onde há regalias para presos. O que aconteceu prova o absurdo que é o BEP. —

— Ela sempre foi uma juíza determinada, determinada. Demonstrou isso em vários episódios ao longo da carreira e agora, com sua atitude, deu exemplo novamente — disse o desembargador Rossidêlo Lopes, presidente da Associação de Magistrados do Estado do Rio. —

Jornais também divulgaram a defesa da Amaerj à magistrada



DENÚNCIA

Churrasco e videogame nas celas

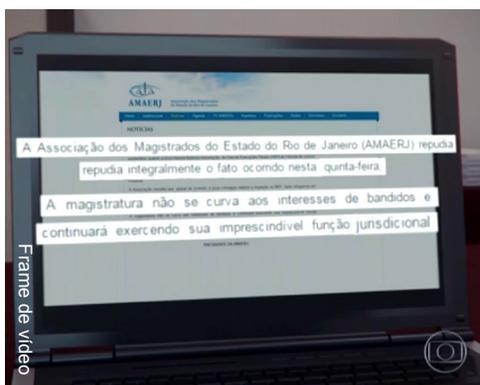
A magistratura não se curva aos interesses de bandidos. Foi o que declarou em nota o juiz Rossidêlo Lopes, presidente da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj). Ele repudiou o ato de violência contra a juíza Daniela Barbosa Assumpção e integrantes da escolta dela. Em um dos trechos do documento ressaltou que, apesar do ocorrido, a juíza conseguiu realizar a inspeção no BEP. Após refugiar-se em uma sala, a magistrada contou com o apoio policial para concluir a inspeção de cabeça erguida.

NOTAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJ-RJ) repudia com total veemência as agressões físicas cometidas contra a juíza Daniela Barbosa Assumpção de Souza. (...) O TJ-RJ classifica como inadmissível que o trabalho de uma juíza seja interrompido pela violência cometida por presos. É papel do Judiciário zelar pelos direitos fundamentais, assim como é prerrogativa do Estado garantir a segurança de quem atua pelo rigor da lei.

AMAERJ

A Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) repudia integralmente o fato ocorrido nesta quinta-feira, quando a juíza Daniela Barbosa Assumpção, da Vara de Execuções Penais (VEP) e membros da escolta da magistrada sofreram um ato de violência durante inspeção na unidade do Batalhão Especial Prisional (BEP) em Benfica. (...) A magistratura não se curva aos interesses de bandidos e continuará exercendo sua imprescindível função jurisdicional.



Nota da Associação foi destacada nos telejornais da TV Globo

FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Judiciário repudia agressão a juíza

POR FREDERICO VA SCANCELLOS

02/10/15 @ 08:35

Compartilhar

OUVR O TEXTO

AMB: “ato covarde é ataque à cidadania”. Amaerj: “magistratura não se curva aos interesses de bandidos”.

Integrantes do Judiciário e associações de magistrados repudiaram a agressão por policiais militares presos à juíza Daniela Barbosa Assumpção Souza, responsável pela fiscalização dos presídios no Rio de Janeiro.

Amaerj anuncia vencedores do Prêmio Juíza Patrícia Acioli no Theatro Municipal

Associação também premiará ganhadores do Concurso de Monografias para Magistrados

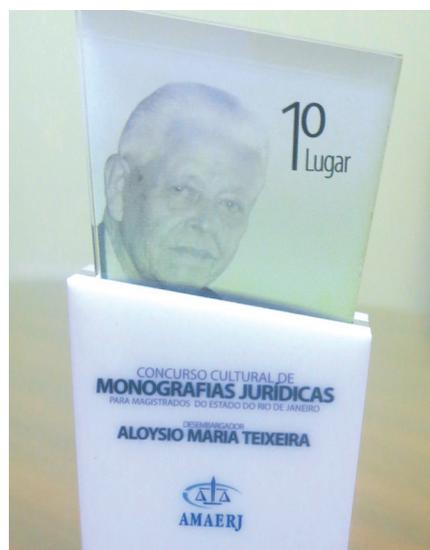
No dia 16 de novembro, o Theatro Municipal do Rio sediará a cerimônia de encerramento do 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. A partir das 19 horas, defensores da dignidade humana serão anunciados e premiados nas categorias Trabalhos Acadêmicos, Práticas Humanísticas e Reportagens Jornalísticas.

Promovido pela Amaerj, com o tema “Construindo Cidadania”, o Prêmio tem o objetivo de promover a cidadania através do debate entre o Judiciário e a sociedade. A cerimônia de premiação contará com a participação de representantes dos Três Poderes. Entre as atrações culturais, se apresentarão a

Orquestra Sinfônica Maré do Amanhã, a Escola de Dança Maria Olenewa, o Coral da Fundação Xuxa Meneghel, o Circo Crescer e Viver e a cantora Mart'nália.

Concurso de Monografias para Magistrados

Na ocasião, a Amaerj também premiará os vencedores do “Concurso Cultural de Monografias Jurídicas para Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - Desembargador Aloysio Maria Teixeira”. Com o tema Judiciário como fiel da balança nos Poderes da República, os três primeiros colocados serão contemplados com troféu e prêmios de 5 a 15 mil reais.



Troféu do Concurso de Monografias para Magistrados será entregue na cerimônia

Magistrados falam de Direitos Humanos no “Conte algo que não sei”

Prêmio Juíza Patrícia Acioli foi um dos temas do debate, realizado no Tribunal

O presidente da Amaerj, Rossidélvio Lopes, e a juíza Denise Appolinária, diretora de Direitos Humanos da Associação, foram os debatedores da edição do projeto “Conte Algo que Não Sei”, realizado em 1º de outubro, no histórico Tribunal do Júri. O tema foi “Direitos humanos: Para quê? Para quem?” e a intermediação foi feita pelo desembargador Wagner Cinelli.

Segundo o juiz Rossidélvio Lopes, “quando os direitos humanos caem na questão de ‘polícia ou bandido’, eles fogem do seu caráter principal que é defender as garantias das características individuais de todas as pessoas”.

A juíza Denise Appolinária chamou de “sequestro dos direitos humanos a ideia que boa parte da população tem de que esse benefício só serve para o criminoso”. “Muitas pessoas pensam que direitos humanos são uma esmola para miseráveis. É aí que começa o equívoco. Os direitos servem para toda e qualquer pessoa”, concluiu.

O desembargador Wagner Cinelli levantou o tema da cultura populacional



Evento promovido pelo TJ-RJ foi realizado no Salão Histórico do 1º Tribunal do Júri, no Museu

durante o bate-papo. “As questões culturais devem ser pensadas. Você acha legal mutilação genital? Então, faça em você. Mas aí entra a questão do outro”, afirmou. O magistrado ainda questionou: “se você se colocasse no lugar do outro, iria querer? O combate ao preconceito é uma transformação pessoal”, finalizou.

O “Conte Algo que Não Sei” é um programa de entrevistas realizado pelo Tribunal de Justiça através da Diretoria Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento e idealizado pelo professor e historiador Joel Rufino dos Santos, fale-

cido este ano. O objetivo do programa é convidar a sociedade civil a debater temas importantes.

O debate teve como um dos temas o Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos, que será realizado no dia 16 de novembro, no Theatro Municipal do Rio. “Esse prêmio foi idealizado para buscar significado para dentro e para fora da tragédia que aconteceu com a juíza. O que nós queríamos era celebrar a vida da magistrada que foi covardemente assassinada e teve seus direitos roubados”, enfatizou Denise Appolinária.

| JURISTUR |

Mais de 20 estudantes conhecem o Poder Judiciário através do Juristur

Magistrados Joel Pereira e Siro Darlan guiaram os alunos na visita ao TJ-RJ

O programa Juristur - Conhecendo o Judiciário recebeu, em 16 de setembro, a visita de 24 estudantes das Escola Municipal Walter Carlos de Magalhães Fraenkel, do Caju. Os alunos, do 9º ano do ensino fundamental, foram recebidos pelo juiz Joel Pereira dos Santos, coordenador do programa, e pelo desembargador Siro Darlan.

O juiz Joel Pereira deu explicações sobre o Judiciário do Rio e aconselhou os alunos sobre o presente e as perspectivas para o futuro. A turma conheceu a história e as instalações do Antigo Palácio de Justiça, e percorreram vários ambientes históricos, como o plenário do Tribunal do Júri e o Salão dos Espelhos, onde participaram de um júri simulado, orientados pelo desembargador Siro Darlan. O grupo ainda visi-



Estudantes realizaram um Júri Simulado com a supervisão dos magistrados Joel Pereira e Siro Darlan

tou o Tribunal Pleno e o Órgão Especial.

Conhecer o Judiciário de perto pode ajudar os estudantes nesse momento em que eles pensam na profissão que pretendem seguir. “Conhecendo de perto a profissão consigo saber o que quero da vida”, acredita Marcela dos Santos, de 14 anos, que ainda não definiu que carreira pretende seguir. Já a estudante Eduarda Araujo

Bernardes, de 15 anos, ficou surpresa com o que viu. “Sempre achei que o Direito fosse uma profissão mais fácil, mas depois da visita vi que é bem mais difícil do que eu pensava”, concluiu.

A visita terminou com um lanche no restaurante do TJ-RJ. Os alunos foram conduzidos por Priscilla Mantuano, secretária do Juristur.

CURTAS

Magistrados do Rio confraternizam-se na Festa dos Aniversariantes do Trimestre

A Amaerj realizou, em 6 de outubro, a Festa dos Aniversariantes do Trimestre, que celebrou os magistrados nascidos nos meses de julho, agosto e setembro. Os associados confraternizaram-se e ganharam brindes na festividade, que contou com decoração temática da primavera.

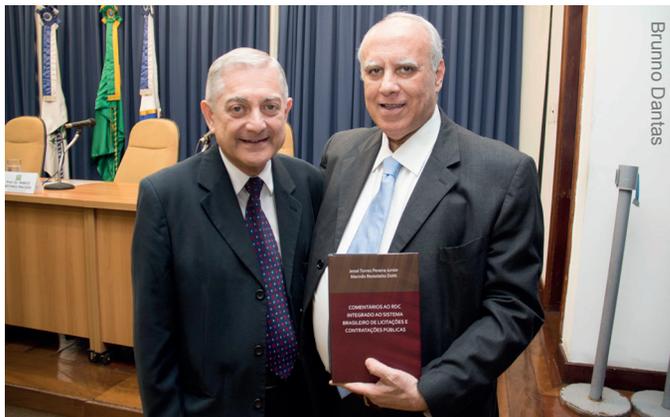


Associados comemoraram o aniversário com os colegas na Amaerj

TJ-RJ

Desembargador Jessé Torres lança livro na Emerj

Obra aborda desdobramentos do Regime Diferenciado de Contratações Públicas



Desembargadores Jessé Torres e Luiz Fernando no lançamento

O desembargador Jessé Torres Pereira Júnior lançou, em 2 de setembro, o livro “Comentários ao RDC Integrado ao Sistema Brasileiro de Licitação e Contratação Pública”, no encerramento do Painel “Questões Contemporâneas de Direito Administrativo Privado”,

promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

O livro, em coautoria com a advogada da União Marinês Restolatto Dotti, aborda os desdobramentos do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), criado em 2011, pela Lei 12.462/11, como forma de viabilizar o cronograma das obras para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para as Olimpíadas de 2016.

“O RDC nasceu com o objetivo de facilitar, dar maior flexibilidade e presteza às licitações públicas. Porque o estado precisaria ser muito eficiente para contratar compras, obras e serviços que fossem importantes para aqueles eventos esportivos que iríamos sediar - a Copa do Mundo - e que iremos sediar, caso das Olimpíadas. A proposta do painel foi trazer aos alunos da Emerj as mais palpitantes novidades que o direito público brasileiro enfrenta, em um momento conhecido e desafiante para todos os brasileiros em geral. O livro que lançamos procura retratar este momento peculiar que vive o direito público brasileiro”, explicou o desembargador.

ESPORTE

4º Amaerj Tennis Open reúne associados em Vargem Grande

Magistrados e familiares disputaram, em 17 de outubro, a quarta edição do Amaerj Tennis Open. Realizada na Sede Campestre da Associação, em Vargem Grande, a competição ficou marcada pela grande confraternização entre os participantes. Na categoria masculina, os campeões foram Gilberto Matos e Rodrigo Meano, e os vice-campeões Adilson Freire e Fernando Antônio. Nas duplas mistas, sagraram-se campeões Vitor Lima e Luciana Mocco, e os vice-campeões João Marcos Fantinato e Alessandra D’Elia.



Fluxo Financeiro da AMAERJ - Demonstrativo de Acompanhamento Mensal - Ano 2015

Demonstrativo da AMAERJ

	Julho	Agosto	Setembro
Saldo Abertura (C/C + Aplicações)	806.926,18	822.944,47	874.369,88

Receitas da AMAERJ

Mensalidades de Associados / Dependentes	277.218,90	276.205,40	276.210,80
Taxa Administrativa Golden Cross	27.526,61	54.005,48	18.774,76
Taxa Administrativa de Seguros / Empréstimos	12.884,96	11.568,65	12.050,99
Subvenções Diversas	75.580,00	25.580,00	35.549,00
Reserva Colônia / Campestre	15.850,65	16.436,28	16.263,33
Receitas Financeiras / Rendimentos	429,73	628,00	851,62
Recebimento do Seguro de Vida	104.114,30	104.570,28	106.733,68
Recebimento de Empréstimos dos Associados	41.630,82	41.630,82	41.630,82
Receb. Do Plano 3G VIVO	4.569,35	4.569,35	4.569,35
Venda de Patrimônio	-	-	-
Conta de terceiros	6.479,55	6.479,55	6.479,55
Total de Receitas	566.284,87	541.673,81	519.113,90

Despesas da AMAERJ

Salários	70.632,53	65.918,96	71.249,44
Benefícios (Ass médica, alimentação, Transp)	38.383,43	35.871,79	41.294,00
Encargos (inss, fgts, pis)	41.714,13	37.960,43	40.390,75
Tarifas (água, luz, telefone, condomínio)	29.225,93	27.072,73	25.543,01
Consultorias/Serviços Prestados - PF / PJ	29.860,82	46.704,13	31.151,96
Eventos / Encontros / Confraternizações	66.301,33	26.233,08	17.848,82
Boletins, Jornais, Revista e Correios	16.701,90	19.784,92	30.371,86
Material de Escritório / Uso e Consumo	8.092,19	3.304,76	6.762,78
Manutenção e Conservação Bens	-	-	-
Despesas Bancárias	595,85	738,99	601,37
Despesas com Regionais e Subseções	78.358,11	51.589,67	50.019,30
Despesas Extraordinárias	7.132,64	6.885,55	10.548,76
Investimentos / Imobilizações	-	-	-
Impostos Diversos	1.077,23	5.400,84	1.126,75
Plano 3G VIVO	9.584,84	9.588,48	9.584,84
Repasse Seguro de Vida Magistrados	100.843,97	105.286,94	108.141,96
Repasse dos Empréstimos dos Associados	45.215,40	41.672,58	41.672,58
Repasse para conta de terceiros	6.546,28	6.234,55	6.234,55
Total de Despesas	550.266,58	490.248,40	492.542,73

Saldo Final (C/C + Aplicações)	822.944,47	874.369,88	900.941,05
Valores em Depósito para Repasse a terceiros	364.905,60	389.473,50	391.772,76
Saldo em Conta Corrente da AMAERJ	458.038,87	484.896,38	509.168,29

Demonstrativo do FAIM

Saldo Abertura (Aplicações)	942.731,79	958.099,34	973.308,72
Mensalidades "FAIM"	6.546,28	6.234,55	6.234,55
Despesas / Consultoria	-	-	-
Receitas Financeiras / Rendimentos	8.821,27	8.974,83	9.146,78
Saldo Final (Aplicações)	958.099,34	973.308,72	988.690,05

Demonstrativo do Fundo de Desportos

Saldo Abertura (C/C)	3.671,99	3.612,25	4.354,60
Mensalidades Desportos	779,55	779,55	779,55
Despesas	804,49	-	1.254,58
Despesa Bancária	34,80	37,20	34,80
Saldo Final (C/C)	3.612,25	4.354,60	3.844,77

Demonstrativo da AMAERJ - Doações

Saldo Abertura (C/C)	21.876,78	21.876,78	21.876,78
Doações Recebidas	-	-	-
Doações Realizadas	-	-	-
Transferência entre c/c	-	-	-
Saldo Final (C/C)	21.876,78	21.876,78	21.876,78

Demonstrativo da AMAERJ - Projeto Sonhar

Saldo Abertura (C/C)	3.122,97	3.258,17	3.393,37
Doações Recebidas	170,00	170,00	170,00
Doações Realizadas / Despesas	34,80	34,80	34,80
Saldo Final (C/C)	3.258,17	3.393,37	3.528,57